

CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DA UDP



MARXISTAS TAMBÉM AMANHÃ



TRIBUNA01

Tribuna #1

CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DA UDP

MARXISTAS TAMBÉM AMANHÃ

Lisboa, 24 de fevereiro de 2013

# OBJETIVOS DA CONFERÊNCIA.....	pp. 1
# REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA.....	pp. 2 e 3
# REGULAMENTO DA TRIBUNA	pp. 4 e 5
# PROPOSTA DE DOCUMENTO POLÍTICO “MARXISTAS TAMBÉM AMANHÃ”	pp. 6 a 11

Objetivos da Conferência Nacional Extraordinária

A DN convoca uma Conferência Nacional Extraordinária da UDP – AP com sessão final a 24 de fevereiro de 2013, sob o lema “Marxistas também amanhã”.

1. Na reunião realizada a 13 de Janeiro de 2013, a DN discutiu a proposta de criação da “corrente Socialismo” avançada por um conjunto de dirigentes do Bloco de Esquerda;
2. A DN concluiu pela necessidade de alargar este debate a toda a Associação Política UDP através da convocação de uma Conferência Nacional Extraordinária.

RESOLUÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DA UDP de 13 de janeiro de 2013

Regulamento da Conferência Nacional Extraordinária

Art.º 1 – De acordo com o art.º 19 dos estatutos, a Direção Nacional, convoca uma Conferência Extraordinária, cuja Sessão Final terá lugar em Lisboa, no dia 24 de Fevereiro de 2013.

Art.º 2 – A Direção Nacional delega no Secretariado a elaboração de um documento que até 4 de Fevereiro de 2013 será posto à disposição de todas/as os/as camaradas, através de suporte digital, para análise e discussão.

Art.º 3 – Qualquer membro ou conjunto de membros da UDP, poderá enviar propostas ou emendas para o Secretariado, como aditamentos, alternativas parciais ou globais e moções.

Art.º 4 – As propostas de alteração entregues devem indicar o nome e contacto, a fim de tornar célere o processo de contacto com o proponente ou proponentes.

Art.º 5 - Sem prejuízo da apresentação das propostas diretamente à Conferência, as propostas a submeter ao Secretariado tem de ser enviadas a esta, até ao dia 13 de Fevereiro de 2013. O Secretariado tem de responder até ao dia 16 de Fevereiro de 2013.

Art.º 6 – O endereço do Secretariado é: geral@udp.pt

Art.º 7 – As propostas de alteração não aceites pelo Secretariado, as alternativas parciais ou moções tem de ser subscritas por 5 membros, e os documentos alternativos globais por 10 membros. Para efeitos de publicação na Tribuna nº 2 os documentos devem ser entregues ao Secretariado até ao dia 17 de Fevereiro de 2013.

Art.º 8 – A Conferência Nacional tem a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Abertura
- 2 – Discussão e votação do Regimento da Sessão Final
- 3 – Discussão e votação do Relatório da Comissão de Direitos
- 4 – Discussão e votação dos Documentos Políticos.
- 5- Encerramento

Art.º 9 – De acordo com os Estatutos, a Direção Nacional incentivará o debate interno com a publicação da Tribuna da Conferência.

1. De acordo com o nº 6 do art.º 19 dos Estatutos, cabe à DN, que delega no Secretariado, a edição da Tribuna, nas normas e preceitos definidos em Regulamento próprio, sob a supervisão da Mesa da Conferência.

Art.º 10 –

1. Organizados pelas respetivas coordenações Distritais /Regionais, realizar-se-ão plenários de debate, organizados de forma a propiciar o debate mais participado possível.
2. Nestes debates serão elaboradas atas em formato eletrónico onde conste: nome, profissão e idade das pessoas presentes.
3. A ata deve ser enviada para o seguinte endereço: geral@udp.pt até 22 de Fevereiro de 2013.
4. A DN, em coordenação com as coordenadoras Distritais/Regionais poderá levar a efeito debates convidando pessoas exteriores à UDP.

Art.º 11 – As inscrições na Conferência têm o valor mínimo de 5 euros. Desempregados e convidados não pagam.

Art.º 12 –

1. A Sessão Final tem a composição definida nos Estatutos, considerando-se no pleno uso dos seus direitos os/as membros, cuja ficha tenha sido entregue ao Secretariado até ao dia 4 de Fevereiro de 2013 e pago as quotas de Janeiro e Fevereiro 2013. Os/as membros que tenham aderido à UDP após Janeiro de 2012 tem de ter a quota de Fevereiro paga.
2. Até dia 4 de Fevereiro o Secretariado da DN fará chegar a todas as regiões o mapa de aderentes inscritos, por forma a colmatar eventuais falhas, ou eventuais alterações de moradas, contactos ou outras.
3. Na Sessão Final da Conferência poderão assistir convidados/as exteriores à UDP. A DN delega no Secretariado os convites. As coordenações Distritais/Regionais devem submeter ao Secretariado as propostas de convidados/as.

Regulamento da Tribuna da Conferência Extraordinária

Art.º 1

A Tribuna da Conferência (TC) tem como objetivo o livre debate dos documentos entre o(a)s membros, contribuindo dessa forma para o seu aprofundamento e alterações. O(a)s membros da UDP devem considerar a sua participação na TC não só como um direito, mas assumir a importância de cada participação.

Art.º 2

- 1 - A Tribuna da Conferência terá exclusivamente edição eletrónica.
- 2- A TC nº1 será colocada na página de internet da UDP e enviada de forma eletrónica para todos o(a)s membros.
- 3- A TC nº2 apenas será enviada para os endereços eletrónicos de todo(a)s membros.
- 4- Cabe às estruturas regionais fazer chegar a TC de forma impressa a todo(a)s o(a)s membros que não tenham endereço eletrónico.
- 5 – Na Conferência Nacional Extraordinária as TCs estarão disponíveis de forma impressa a todos os conferencistas.

Art.º 3

Datas de saída:

- TC nº1 – dia 4 de Fevereiro de 2013
- TC nº2 – dia 18 de Fevereiro de 2013

Art.º 4º

A responsabilidade da edição da TC de acordo com os Estatutos é da DN, que delega no Secretariado a responsabilidade da sua edição.

Art.º 5º

No caso apontado no Art.º 7º do Regulamento da Conferência Extraordinária, serão publicados documentos alternativos, sendo o número máximo de páginas igual ao número de páginas apresentadas pelo Secretariado. Serão ainda publicadas moções ou alternativas parciais de acordo com o citado ponto do Regulamento da Conferência Extraordinária.

Art.º 6º

1. O prazo de entrega, dos textos referentes ao nº anterior, termina no dia 17 de Fevereiro de 2013;
2. O prazo de entrega de texto de contributo para a TC nº2, termina no dia 17 de Fevereiro 2013.

Art.º 7º

Os textos de contributo a publicar devem conter a identificação do(a) membro e serem enviados por meio eletrónico, não ultrapassando os 6.000 caracteres, incluindo espaços para o endereço geral@udp.pt

Artº 8º

1. Não serão permitidas, nos artigos a publicar, expressões injuriosas que firam o respeito mútuo que deve presidir num debate franco e leal.
2. O Secretariado, nos casos abrangidos pela alínea anterior ou pelo desrespeito ao espaço máximo dos artigos, deverá junto do(a) autor(a) ultrapassar tais irregularidades.

Em caso de irredutibilidade, pode não publicar o artigo.

PROPOSTA DE DOCUMENTO POLÍTICO

MARXISTAS TAMBÉM AMANHÃ**Um partido diferente**

O Bloco de Esquerda nasceu e afirmou-se como um partido socialista radical. Um grande movimento político, impulsionado por ex-partidos e por cidadãos, que deu origem a uma síntese política maior que a soma das partes. Um programa político anti-capitalista e anti-conservador que abriu um novo espaço político e fez convergir nele diferentes tradições e experiências da esquerda, numa identidade bloquista em que o pluralismo e a democracia são princípios fundadores.

1. No virar do século XX, a construção do Bloco respondeu à necessidade de recomposição da esquerda numa ampla plataforma socialista contra a ofensiva neoliberal e a globalização capitalista. Três condições coincidiram no espaço e no tempo para forjar essa recomposição:

A ideia de que a um novo tempo da luta de classes (pós-queda do muro de Berlim, pós capitulação da social-democracia à terceira via, fossilização dos partidos herdeiros do campo da URSS) tinha de corresponder um novo instrumento político capaz de juntar revolucionários e reformistas radicais num partido com vocação de massas e de alternativa de poder;

A solução de um partido de programa, fortemente enraizado nas experiências de luta e nas tradições que o compunham mas capaz de construir uma síntese programática comum, fundada em princípios e fronteiras políticas claras;

A ideia de que num partido onde convivem várias expressões do Socialismo, o pluralismo é garante da democracia e da amplitude do movimento. O Bloco fundou-se como um partido de tipo novo, bem diferente aos olhos das pessoas de esquerda, também nas suas regras de

democracia interna, em que as grandes linhas políticas são definidas em Convenção Nacional e cada pessoa é um voto.

2. Assim se criou um novo sujeito político, onde a militância diária e o encontro permanente de opiniões e experiências forjaram uma identidade própria: socialista, popular, ecologista, feminista, pluralista e anti-dogmática. Um partido que nasceu para a política emancipatória, a defesa e o avanço das conquistas sociais, a luta contra o imperialismo e a guerra.
3. Durante 13 anos, o crescimento e fortalecimento do Bloco de Esquerda fez-se também do debate ideológico interno, com ou sem participação das correntes organizadas que atuam no seu seio. Em muitos momentos, e de forma continua no tempo, militantes do Bloco expuseram e esgrimiram argumentos, teorias e seus autores, de forma aberta e democrática. Se defeito houve nesse debate, foi a falta de empenhamento em torná-lo permanente e ainda mais participado, garantindo a todas e todos os aderentes o acesso a uma formação teórica e política no vasto património da esquerda.
4. Nada nessa proposta se confunde com a tentativa de encontrar uma doutrina uniformizadora ou oficial. O pluralismo do Bloco não admite nem deseja a fusão ideológica, seja a do monolitismo, seja a do apagamento ideológico. O diálogo e o debate entre opiniões e experiências diversas enriquece a esquerda e fortalece-a para os seus combates.
5. Esta conceção de partido programa, que respeita a liberdade de expressão ideológica interna, individual ou organizada, nunca foi o ponto fraco do Bloco. Pelo contrário, esta forma de partido permite uma democracia interna viva e construtiva, em que as fronteiras das expressões ideológicas se definem pelo debate teórico, e a unidade se constrói em plataformas políticas.
6. A plataforma política que fundou e dirigiu o Bloco de Esquerda ao longo de mais de uma década foi, no âmbito do confronto democrático em Convenção, a protagonista da defesa do rumo estratégico do “Começar de Novo”. Esta plataforma, corporizada na Moção A, resulta

também de atualizações que foram resultado do seu debate interno e do confronto com a luta política.

7. Ainda que a Moção A tivesse uma existência formal descontinuada no tempo, nela se formou uma unidade política real, consistente e com implantação nacional, para a qual a existência de sensibilidades ideológicas mais ou menos organizadas nunca foi um obstáculo.
8. O déficit da Moção A tem sido, ao longo dos anos, a falta de um procedimento democrático estruturado, organizado e transparente para o debate e a decisão sobre a linha estratégica e os seus protagonistas. Demasiadas vezes a Moção A confundiu-se com as cúpulas do partido.
9. A UDP defendeu o reforço e a democratização da Moção A, e propôs a sua transformação numa tendência que agruparia todas e todos os aderentes que se revissem na sua plataforma política. À época, essa proposta não foi aceite pelo então coordenador do Bloco, que hoje é o principal promotor da plataforma Socialismo.

A UDP e o pensamento revolucionário

O Bloco de Esquerda é o nosso partido. A única razão da existência da UDP é o marxismo. Por isso a revista A Comuna assume centralidade na nossa organização, ela é o principal instrumento de debate teórico e formação de novos revolucionários.

10. A UDP propôs na fundação do Bloco de Esquerda que este não fosse uma coligação eleitoral, mas um partido novo onde cada pessoa fosse um voto, sem lugar a privilégios ou inerências de correntes. Essa proposta teve aceitação geral, ainda que outros quisessem ficar por uma coligação. A democracia interna do novo partido permitiu desta forma que qualquer grupo de aderentes organizasse e apresentasse plataformas políticas e listas concorrentes para os órgãos do Bloco.
11. Ainda que durante algum tempo a comunicação e a lealdade entre o grupo fundador tenham sido o eixo estruturante da decisão política no Bloco, a UDP deu o sinal da sua perspectiva sobre

o funcionamento interno do Bloco quando, há mais de uma década (2002), aboliu todos os tipos de centralismo, democrático ou outro, e qualquer disciplina interna para dentro do Bloco de Esquerda.

12. A ideia era simples: que o Bloco pudesse desenvolver os seus espaços democráticos de debate e decisão política, estabelecendo com isso as fronteiras de cada plataforma interna, deixando aos seus militantes a liberdade de expressão e organização ideológica.
13. Assim a UDP assumiu como seu objetivo e razão de existência o aprofundamento teórico do marxismo e a formação de revolucionários, como corrente de pensamento ideológico integrada enquanto associação política no espaço do Bloco de Esquerda.
14. Durante mais de uma década, a UDP produziu e divulgou um importante conjunto de contributos para o pensamento marxista: as teses sobre o imperialismo global, pós-leninismo, teoria das classes, Estado e partido, assim como a análise de outros contributos críticos do marxismo das últimas duas décadas, fizeram e fazem parte do acervo teórico e do património ideológico da UDP. Algumas dessas teses fizeram caminho no debate interno do Bloco, e foram sendo integradas, aqui e ali, nos seus textos estratégicos e ação política.
15. Durante mais de uma década, a UDP foi a única corrente que fez polémica com diversos autores e teorias, que editou regularmente matérias de análise política e ideológica, e que manteve publicações e espaços de debate de forma contínua. Não o fizemos por estarmos mais organizados do que outros, fizemo-lo porque a realidade da luta de classes nunca parou de nos exigir um olhar revolucionário e novas respostas para um tempo novo.
16. O pluralismo do Bloco construiu-se com revolucionários e reformistas radicais. Esse foi o projeto inicial que deu corpo e alma à recomposição da esquerda. Hoje pode até haver quem considere que algum destes contributos é dispensável, talvez o dos revolucionários. Mas importa antes trazer à memória a arquitetura dos equilíbrios que durante anos permitiu a coexistência e deu voz a todas as sensibilidades do Bloco de Esquerda.

17. O exemplo mais visível é o do Grupo Parlamentar, que sempre foi espelho do pluralismo, por onde passaram e passam pessoas de correntes e de fora delas, com mérito político reconhecido. A composição de diversidades do Bloco permitiu que sensibilidades praticamente sem aderentes tivessem representatividade a todos os níveis, incluindo lugares institucionais. Nesse tempo, os mecanismos de garantia dos equilíbrios interno não eram contestados.

Marxistas também amanhã

Tudo o que é sólido dissolve-se no ar, mas enquanto houver classes os marxistas vão ter papel. Há práticas que se esgotam, mecanismos que se superam, e também as ideias precisam constantemente de atualização.

18. A superação de práticas correntistas dentro do Bloco é mais do que uma necessidade identificada, é uma vontade que a UDP tem expressado de diversas formas. Quem considera que isso significa a superação das correntes baseia-se numa experiência, que nós recusamos, da utilização de correntes como sindicato de voto.
19. Os contributos políticos e ideológicos da UDP não são insuperáveis, mas não estão superados. As propostas que temos sobre Estado de Direito Socialista, organização económica e participação política no regime socialista, revolução, transformação revolucionária, protagonista e alianças políticas para a mudança social, não só não são partilhadas pelos nossos parceiros, como estão para além do alcance da Plataforma Socialismo.
20. Os promotores da “plataforma Socialismo” pretendem a adesão da ampla maioria dos militantes do Bloco, e reivindicam-se até dessa maioria. Esclareceram a UDP de que se trata de uma plataforma política para pensar estrategicamente o Bloco a longo prazo, e não de um

espaço que tenha a ver com teoria de transformação social. Ou seja, trata-se de uma espécie de aditivo da Moção A.

21. Disseram que, para além das suas opiniões acerca das correntes originais, incluindo os proponentes do Bloco de Esquerda, isto é, a UDP, não reclamam a dissolução de nenhum espaço político interno.

OS REVOLUCIONÁRIOS NÃO DEVEM DEIXAR DE PARTICIPAR EM TODOS OS FÓRUNS DE DEBATE POLÍTICO, DE ORGANIZAÇÃO DE TENDÊNCIA, DO DEBATE MAIS OU MENOS ECLÉTICO SOBRE OS CAMINHOS DO SOCIALISMO E DA HUMANIDADE, MAS DEVEM AGRUPAR-SE DO PONTO DE VISTA DA PRODUÇÃO D A TEORIA REVOLUCIONÁRIA.

O BLOCO DE ESQUERDA É UM PARTIDO MAIS COESO, LIVRE E FORTE QUANDO PRESERVA AS SUAS CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS. O REPTO DESTA CONFERÊNCIA É QUE OS ADERENTES DA UDP PARTICIPEM LIVREMENTE EM QUALQUER PLATAFORMA POLÍTICA QUE DÊ CONTINUIDADE À MOÇÃO A, E QUE A UDP PROSSIGA NA SUA TAREFA INDISPENSÁVEL PARA O BLOCO DE ESQUERDA, A SUA EXISTÊNCIA E A SUA IDENTIDADE.